

CABO VERDE

2020 RESUMO DA ATUALIZAÇÃO DA PRIMEIRA
CONTRIBUIÇÃO DETERMINADA A NÍVEL NACIONAL (NDC)
PARA COMBATER AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



TODOS POR UM CABO VERDE MAIS SUSTENTÁVEL E RESILIENTE



ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	
1.1 Definição da meta geral e objetivos	4
1.2 Obrigações para Cabo Verde	6
2 CONTEXTO NACIONAL	
2.1 Enquadramento	8
2.2 Vulnerabilidades climáticas e resiliência	9
2.3 Projeções de emissões de gases com efeito de estufa	11
2.4 Principais contribuições para o Acordo de Paris	11
2.5 Contribuição Institucional e Governança	12
3 CONTRIBUIÇÕES DE MITIGAÇÃO	
3.1 Alinhamento com Políticas, Planos e Estratégias	13
4 CONTRIBUIÇÕES DE ADAPTAÇÃO	
4.1 Alinhamento com Políticas, Planos e Estratégias	14
5 NECESSIDADES E APOIO INTERNACIONAL	
5.1 Necessidades Financeiras da NDC	28
5.2 Estratégia Nacional de Financiamento Climático	28
5.3 Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia	28
5.4 Instrumentos de Ambição Reforçada	28
6 PRÓXIMOS PASSOS	29

1. INTRODUÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DA META GERAL E OBJETIVOS

Embora a população de Cabo Verde se compare com outros países africanos em termos de acesso à energia, água e educação, a situação pandémica demonstrou que as emergências económicas e sanitárias são ainda agravadas pela tripla crise de escassez de recursos, mudanças climáticas e perda de biodiversidade, sobretudo nas suas comunidades rurais.

Cabo Verde está entre os 191 países que apresentaram a sua primeira Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC), na sequência do Acordo de Paris em 2015 e entre os países que já apresentaram o segundo NDC atualizado: NDC 2021, Cabo Verde 2020 update to the first Nationally Determined Contributions, Ministério da Agricultura e Ambiente, que se resume no presente documento.

Quadro 1.

NDC Lista de medidas e estimativa das necessidades de financiamento internacional para a implementação 2020-2030.*

CONTRIBUIÇÕES DE MITIGAÇÃO

1 000 MILHÃO DE EUROS

1	Reduzir a intensidade energética e promover a eficiência energética
2	Aumentar as metas de energias renováveis
3	Reduzir a intensidade de carbono da mobilidade
4	Mudança para o turismo responsável e economia circular
5	Fomentar a função de sumidouro natural dos ecossistemas

CONTRIBUIÇÕES DE ADAPTAÇÃO

1 000 MILHÃO DE EUROS

1	Melhoria da segurança da água e reposição natural, reduzindo a intensidade de carbono na água
2	Melhoria do tratamento de esgotos, resíduos sólidos e águas residuais
3	Aumentar e sustentar a segurança alimentar baseada na terra através da agricultura regenerativa
4	Aumentar e sustentar a segurança alimentar baseada no oceano através da pesca regenerativa
5	Extensão das áreas marinhas protegidas
6	Defesa dos recursos marinhos e das zonas costeiras
7	Utilizar o planeamento espacial como aliado na mitigação e adaptação às alterações climáticas
8	Atenuação dos riscos de catástrofes e vulnerabilidades relacionadas com o clima
9	Confrontar riscos de saúde relacionados com o clima

NECESSIDADES TOTAIS DE FINANCIAMENTO ESTIMADAS PARA O NDC 2020-2030
2 000 MILHÃO DE EUROS

*a ser confirmado e detalhado no próximo Roteiro de Implementação da NDC 2020-2021

A NDC teve em consideração os eixos estratégicos considerados para Cabo Verde, nas vertentes da Mitigação e Adaptação (Figura 1).

MITIGAÇÃO



Energia

reduzir a intensidade energética e promover a sua eficiência; aumentar as metas de utilização de fontes de energia renováveis; promover a valorização energética dos recursos endógenos, incluindo resíduos e efluentes domésticos e agroindustriais.



Transportes

reduzir as emissões de CO2 e a dependência das fontes de energia de origem fóssil.



Turismo responsável e economia circular

mudar para um turismo responsável e uma economia circular.



Agricultura, floresta e outros usos do solo

promover a função de sumidouro natural das culturas agrícolas e dos ecossistemas.

ADAPTAÇÃO



Água

melhorar a segurança da água e o seu reabastecimento natural, reduzindo simultaneamente a concentração de CO2 na água; melhorar a rede de resíduos sólidos, esgotos e de tratamento de águas residuais.



Agricultura

aumentar e sustentar a segurança alimentar através da agricultura regenerativa e definição de estratégias de adaptação do setor agrícola face às alterações climáticas projetadas para o território.



Oceanos e zonas costeiras

aumentar e sustentar a segurança alimentar através da pesca regenerativa; aumento das áreas marinhas protegidas; defesa dos recursos marinhos e das zonas costeiras.



Planeamento espacial

utilizar o planeamento do território como aliado na adaptação e mitigação às alterações climáticas.



Redução do risco de desastre

mitigar os riscos de catástrofes e vulnerabilidades relacionadas com o clima e promover a adaptação e mitigação às alterações climáticas.



Saúde

confrontar os riscos para a saúde relacionados com o clima e com a qualidade do ar.

Figura 1.

Eixos estratégicos considerados ao nível da NDC para Cabo Verde, nas vertentes da Mitigação e Adaptação e consideradas para o desenvolvimento do Roteiro de implementação da NDC.

A meta de Implementação da NDC para Cabo Verde visa proporcionar uma trajetória temporal para a implementação de ações, medidas e contribuições de mitigação e adaptação apresentadas no âmbito da atualização da

primeira NDC de Cabo Verde, tal como submetida à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) em fevereiro de 2021.

1.2. OBRIGAÇÕES PARA CABO VERDE

Com a apresentação da sua primeira NDC atualizada, Cabo Verde respondeu ao processo definido no Artigo 4º do AP, segundo o qual as Partes são obrigadas a preparar, comunicar e manter sucessivas NDCs que pretendem realizar. Ao submeter uma NDC revista com contribuições claramente definidas e ao comprometer-se a elevar a sua ambição, Cabo Verde vai além do que

é legalmente exigido e aspira a tornar-se um modelo para uma forte ação climática. A presente NDC responde firmemente aos objetivos de desenvolvimento do Ambição 2030 de Cabo Verde (Plano de Ambição 2030) cujas contribuições incluem diversos compromissos (Figura 2).



Figura 2.

Contribuições de Cabo Verde e respetivos compromissos de curto, médio e longo prazo.

No âmbito do AP, e cumprindo o Artigo 13º, que estabelece um QTR, Cabo Verde deverá efetuar um **Relatório Bial de Transparência (RBT)** contendo a seguinte informação:

- a) Um Relatório do Inventário Nacional (RIN) das emissões antropogénicas e remoções por sumidouros de gases com efeito de estufa.
- b) Informação para acompanhar os progressos na implementação e realização da NDC.
- c) Informação sobre impactos das mudanças climáticas e medidas de adaptação.
- d) Informação financeira, de transferência de tecnologia e reforço de capacidades necessárias e recebidas.

Neste sentido, o Governo de Cabo Verde deverá:

- Apresentar o Relatório de Atualização Bial (RAB) até 2022.
- Apresentar o seu primeiro RBT até 31 Dez 2024.
- Efetuar uma Revisão por peritos técnicos (início após a apresentação do RBT).
- Avaliação por consideração multilateral facilitadora do progresso.



2. CONTEXTO NACIONAL

2.1. ENQUADRAMENTO

Cabo Verde é um arquipélago constituído por dez ilhas de origem vulcânica, localizado a cerca de 620 km da costa ocidental de África. Este Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) é um pequeno emissor de GEE, com uma taxa per capita <1 tCO₂eq, e desproporcionalmente vulnerável a choques económicos externos e eventos climáticos extremos.

O país possui limitações internas de capacidade, espaço fiscal e financiamento. Com a pandemia da COVID-19, foi agravado o elevado rácio da dívida em relação ao PIB, afetando praticamente todos os sectores económicos, causando a maior recessão da história moderna de Cabo Verde.

A população de Cabo Verde, segundo a UN

Population Division, no período de 1960 a 2019 aumentou de 0,2 para 0,55 milhões em 2019. Estimando-se que em 2030 a população aumente para 0,62 milhões de habitantes. Dados recentes mostram que 93 % (2018)¹ da população tem acesso à educação, 86 % (2018)² à água potável e 92,2 % (2019)³ à eletricidade.

Cabo Verde tem vindo a fazer esforços no sentido de assegurar o desenvolvimento sustentável a longo prazo e a redução de emissões de CO₂ através da adoção de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, tornando-se mais resiliente. Os ODS são assim a espinha dorsal do seu planeamento económico, social e cultural.



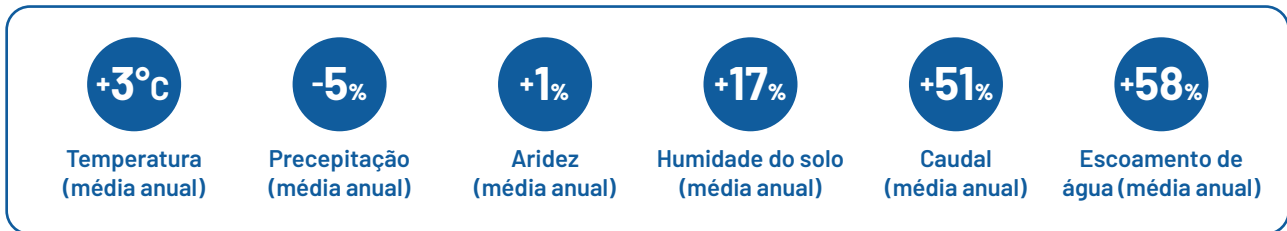
¹ Anuário Estatístico 2018, INE

^{2,3} Inquérito multi-objectivo contínuo (IMC 2019)

2.2. VULNERABILIDADES CLIMÁTICAS E RESILIÊNCIA

Desde 1990, a temperatura tem aumentado 0,04 %/ano. Projeções recentes para o período 2011-2040 (Figura 3) indicam um aumento de temperatura de cerca de 1°C e de 3°C até ao final do século. Os resultados mostram uma redução

da precipitação média anual de cerca de 2 %, com uma extensão temporal da estação seca, com uma maior probabilidade de secas, e uma concentração de chuvas fortes potenciando elevada erosão do solo.



Desde a ratificação de Cabo Verde da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) em 1995, o Governo não tem poupado esforços para reduzir as vulnerabilidades globais da Nação e a exposição a desastres de forma a enfrentar as mudanças climáticas:

- Plano de Ação Nacional para o Ambiente - 1º (1994 - 2004) e 2º (2004-2014);
- 1º Relatório de Inventário Nacional sobre GEE (1995);
- Comunicação Nacional (NC) à CQNUMC - 1ª (2000), 2ª (2010) e 3ª (2017);
- 1º Programa de Ação Nacional para a Adaptação às Mudanças Climáticas (PANAMC) 2008 - 2012.

O país é dotado de um elevado potencial de exploração de energias renováveis (Figura 5). Dispondo de uma rede abrangente de áreas protegidas terrestres e marinhas e reservas da biosfera, o país pretende também mobilizar o seu potencial para sequestrar carbono naturalmente, nos seus oceanos, florestas, zonas húmidas e solos.

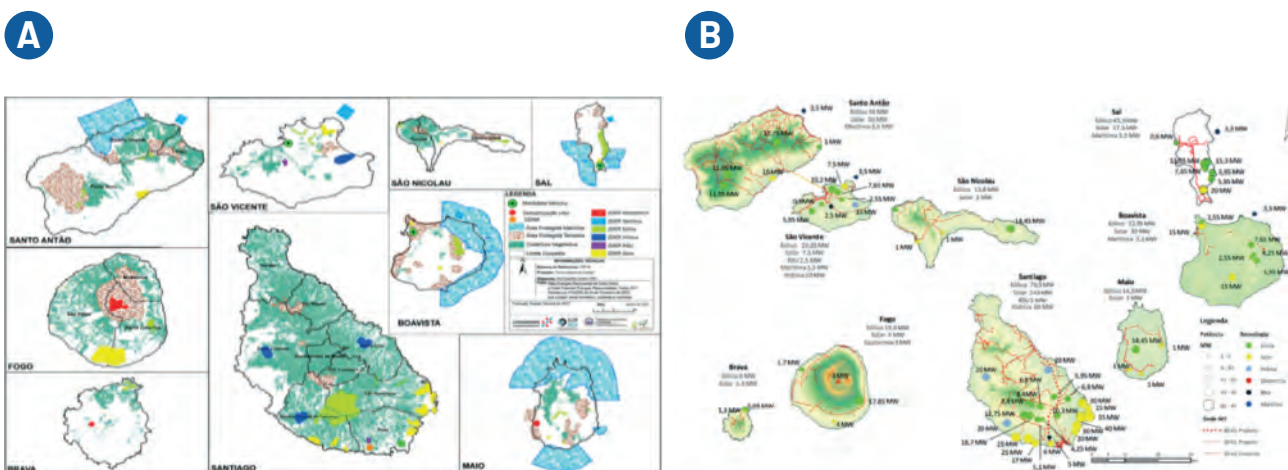


Figura 3.

- A.** Áreas com potencial para reduzir as emissões de GEE através da utilização de energias renováveis e sequestração natural de carbono na cobertura vegetal e em áreas protegidas, por ilhas, 2021;
B. Potencial das ER em MW por ilha.



Agricultura

O sector emprega 15% da população, e é responsável pelo abastecimento alimentar local.

A produção agrícola é sensível aos extremos climáticos e precária devido à reduzida fertilidade dos solos - devido à: erosão hídrica e eólica, intrusão salina, fraca cobertura vegetal, e perda de nutrientes. As espécies invasoras e as pragas aumentam a vulnerabilidade do sector.

Desafios:

- Reagir e lidar com a diminuição da precipitação, inundações ocasionais e severas, e o aumento da erosão do solo.
- Modernizar a agricultura e utilização de técnicas de precisão.
- Conservar a biodiversidade.



Subida do nível do mar

As comunidades costeiras, as operações económicas e as infraestruturas são particularmente vulneráveis a uma possível subida do nível do mar.

O país já está a assistir à perda do território costeiro associado a fenómenos climáticos extremos e adversos, como as tempestades com ventos fortes, chuvas fortes e ondas de maré.



Saúde pública

O COVID-19 colocou o sistema de saúde pública e as finanças de Cabo Verde sob enorme pressão, pela elevada exposição a visitantes internacionais, da qual depende a economia atual.

A relação entre as alterações climáticas, biodiversidade e doenças infecciosas é complexa, e a perda e degradação de habitats naturais aumentam o risco de propagação de doenças da vida selvagem para as pessoas.

Cabo Verde tem conseguido de forma eficaz combater doenças infecciosas como a cólera, Zika, dengue, bem como a febre amarela, e a malária.

Desafios:

- Infraestruturas para toda a população em termos de serviços básicos de saúde. Criar planos de emergência para gerir as crises relacionadas com novas pandemias.



Energia

Cabo Verde está dependente de importações para quase todas as necessidades de combustíveis fósseis - transporte, dessalinização, geradores, agricultura e sistema hospitalar.

Flutuações no abastecimento e preços como consequência das mudanças climáticas e do desaparecimento de recursos são sentidas imediatamente pelas comunidades.

Desafios:

- Produzir ER através de instalações resistentes às mudanças climáticas.
- Serviços públicos acessíveis. Apesar dos descontos sociais para as famílias pobres, os custos da energia ainda são elevados.



Ameaças digitais

Cabo Verde está extremamente dependente de serviços digitais e de satélite rápidos, estáveis e disponíveis, para as necessidades da educação ao transporte e aos sistemas de alerta precoce.

Eventos climáticos extremos podem ter impactos gravemente debilitantes nas funções sociais e relacionadas com a segurança.

Desafios:

- Criar planos de emergência de ponta para gerir os choques e as crises derivadas de ciber ataques.



Importação de alimentos

Cabo Verde está dependente de importação de alimentos essenciais, acima de 80 % das suas necessidades.

Têm consequências na segurança e distribuição alimentar de Cabo Verde:

- as perturbações no transporte marítimo
- as perturbações no fornecimento de mercadorias
- a flutuação dos preços internacionais das mercadorias alimentares
- os riscos cambiais.

Desafios:

- Criar de planos de emergência de ponta para gerir os choques e as crises relativas às interrupções da cadeia de abastecimento.



Água

Cabo Verde sofre cada vez mais com a falta de água. As águas subterrâneas são a principal fonte de água. Este recurso é afetado pelo consumo crescente, redução de água potável, intrusão salina.

Desafios:

- Criar de mais instalações de dessalinização para satisfazer as crescentes necessidades de água. Com necessidade de novas infraestruturas de produção de energia.
- Custos da água ainda são elevados.



Urbanização e infraestruturas

A expansão urbana - frequentemente não planeada - tem diminuído os habitats e os serviços de ecossistemas.

Há enormes desafios para as infraestruturas essenciais do país (transportes, energia, instalações de água e esgotos, infraestruturas de comunicações), muito expostas aos riscos climáticos.

Desafios:

- Construir de forma mais resiliente, reduzir a pegada de terra e energia a preços comportáveis pelas populações.
- Criar planos de emergência para gerir os choques e as crises relativas ao colapso de infraestruturas.



Grupos vulneráveis

Os grupos considerados vulneráveis ao clima são aqueles que são afetados pelas condições climáticas, e que têm capacidade e rendimentos limitados para recuperar por si próprios e incluem:

- Mulheres, - Idosos e jovens, - Pessoas com deficiência.

As mulheres e os jovens estão sub-representados nos órgãos de decisão, sobre representados no desemprego e na emigração e têm menos recursos patrimoniais ou financeiros.

Desafios:

- Criar estratégias inclusivas e sensíveis ao género para aumentar a capacidade de adaptação das comunidades e sectores económicos, incluindo a produção alimentar e o turismo.



Resiliência financeira

Cabo Verde está altamente dependente do financiamento internacional e do investimento direto estrangeiro.

A crescente vulnerabilidade e os custos das alterações climáticas aumentam a exposição financeira e afetam a resiliência financeira do país.

Figura 4.

Principais vulnerabilidades climáticas das comunidades em Cabo Verde.

Seguindo a definição do IPCC de resiliência, Cabo Verde desenvolveu uma Estratégia de Redução de Riscos de Catástrofes (2018) na qual a resiliência da comunidade constrói-se nas vertentes social, económica e ambiental para ser possível fazer face às vulnerabilidades atrás

identificadas. Trata-se de um desafio que requer esforços contínuos em matéria de planeamento, rastreio de riscos e desempenho, desenvolvimento de medidas de resposta, e trabalho conjunto entre comunidades e instituições.

2.3. PROJEÇÕES DE EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

No Quadro 2 é feita uma análise da evolução das emissões e remoções de GEE em Cabo Verde entre 1995 e 2010 e as projeções (BAU, Business

As Usual e NDC) por sector. Nenhuma das projeções foi ainda ajustada à pandemia do COVID-19.

Quadro 2.

Dados históricos das emissões e remoções de CO₂eq, até 2010 e projeções de 2010-2030, por sector em Gg, considerando dois cenários: BAU (azul) e NDC (verde) (Fonte: Adaptado NDC, 2015).

SECTORES	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2025	2030
Energia	234	300	549	542	516	719 671	868 757	1007 765
PIUP	0,35	0,51	1,35	3,37	3,44	4,00	4,96	6,51
ASOUT (incl. remoções)	-96	-123	-130	-118	-118	-108	-105	-96
Resíduos	29	26	32	58	60	69	79	89
Emissões totais GEE/Remoções (Gg CO ₂ eq)	166	203	453	485	461	684 636	847 736	1006 764
Emissões de GEE (tCO ₂ eq/capita)	0,43	0,47	0,97	0,99	0,88	1,23 1,14	1,44 1,25	1,62 1,23

2.4. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE CABO VERDE PARA O ACORDO DE PARIS

Os principais pilares do desenvolvimento da Ambição 2030 são:

- A melhoria do bem-estar e da resiliência;
- A redução das desigualdades sociais e territoriais;
- A redução da injustiça ambiental;
- A transição energética;
- As economias circulares;
- As economias azuis;
- As economias digitais;
- O turismo sustentável;
- A agricultura produtiva.

Os principais pilares do desenvolvimento da Ambição 2030 são:

- Reduzir as emissões de GEE em toda a economia 18 % abaixo do cenário do BAU. Condicionada a um apoio internacional adequado, esta meta pode ir até 24 %.
- A longo prazo de alcançar uma economia com emissões de carbono a zero até 2050. A ilha da Brava será o primeiro piloto para uma descarbonização máxima até 2040.
- Aumentar a produção de eletricidade a partir de fontes de ER, melhoria da eficiência energética em todos os sectores, mudança de transporte de combustíveis fósseis para o eletrificado e mobilidade ativa individual, melhoria da reabilitação dos recursos e em medidas de mitigação da terra.
- Estabelecer funções de resiliência e métricas fundamentais, relativamente ao baixo teor de carbono, acesso à água sensível ao género e catástrofes, energia e serviços públicos essenciais e infraestruturas e equipamentos resilientes.
- Elaborar um novo Plano Nacional de Adaptação como parte da sua contribuição global para as mudanças climáticas, a ser apresentada à CQNUMC até 2023.

2.5. CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

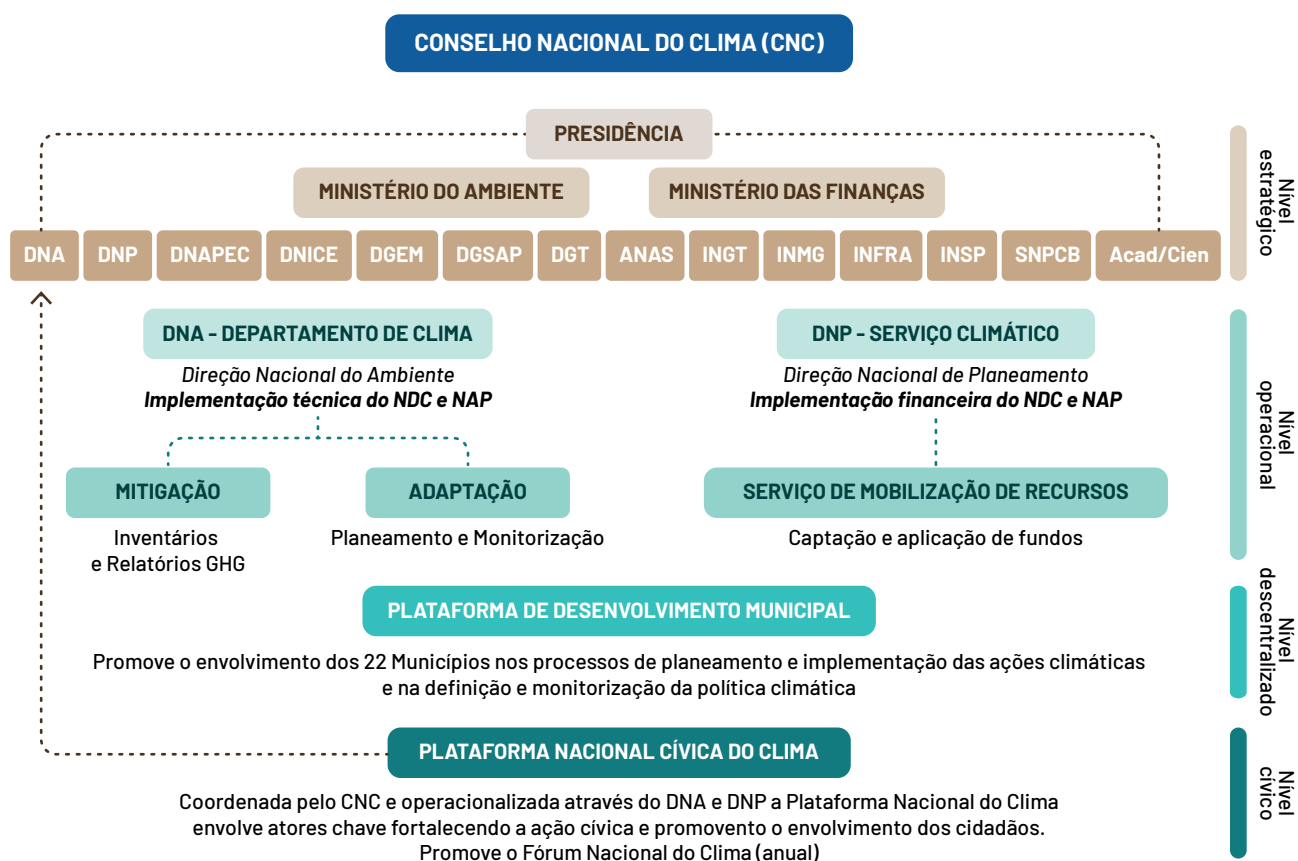


Figura 5.
Sistema atual de governação das mudanças climáticas em Cabo Verde.

Quadro 3.
Quadro Síntese da NDC.

Prazo	1 de janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2030.
Âmbito	Atenuação e adaptação às mudanças climáticas - redução doméstica líquida ao nível da economia.
Setores e gases abrangidos	Setores: Energia; Processos industriais; Agricultura; Resíduos; Uso da terra, Mudança do uso da terra e Silvicultura. Gases: GEE: CO ₂ , CH ₄ , N ₂ O e HFC's.
Alvo e indicador de referência	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 18 % abaixo do BAU até 2030 e 24 % num cenário contingente. • O cenário do BAU inicia em 2013.
Consultas	Liderada pela DNA consultando as partes interessadas, entre Julho de 2020 - Janeiro de 2021.
Implementação	Adoção de um Roteiro de Implementação da NDC para estabelecer responsabilidades institucionais, quadros de governação, marcos, e metas de concretização das contribuições e ações delineadas nesta NDC. O processo fará parte do QTR de Cabo Verde, previsto no AP.
Equitativo e ambicioso	As contribuições da NDC são socialmente inclusivas, transversais, e adaptadas para beneficiar as pessoas mais vulneráveis. A ambição do país contribui para alcançar os objetivos do AP, com a contenção do aumento GEE para 1,5 % acima dos níveis pré-industriais.
Outros	A informação fornecida pode ser sujeita a revisão após o lançamento do primeiro Relatório Bial de Atualização (RAB) de Cabo Verde, previsto para 2022.







3. CONTRIBUIÇÕES DE MITIGAÇÃO

3.1. ALINHAMENTO COM POLÍTICAS, PLANOS E ESTRATÉGIAS

Quadro 4.

Principais políticas internacionais, nacionais e setoriais e aplicabilidade aos setores da NDC, relativos às contribuições de mitigação.

MITIGAÇÃO				
Acordo de Paris	●	●	●	●
Convenção-Quadro das NU sobre as Mudanças climáticas	●	●	●	●
Estratégia de Desenvolvimento a Longo prazo de Baixas Emissões 2050	●	●	●	●
Agenda 2030	●	●	●	
Nova Agenda Urbana ONU HABITAT III	●	●	●	
Estratégia Nacional de Desenvolvimentos Ambiçãõ (EDNA) 2020-2030	●	●	●	●
Plano Nacional de Adaptação (NAV CV) 2022	●	●	●	●
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) 2015-2020 / 2030	●	●		
Plano de Ação e Política para a Mobilidade Eléctrica (PROMECC)	●	●	●	
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021	●	●	●	●
Programa Nacional para o Investimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN-CV) 2017-2030				●
Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER) 2015-2020	●	●		

ENERGIA

A energia é um sector transversal do qual o resto da economia depende. Uma prioridade fundamental para Cabo Verde é assegurar o acesso à energia a preços acessíveis para 100% dos agregados familiares. Cabo Verde é um país insular com uma elevada dependência energética externa, tanto para a produção de energia como para os transportes, uma vez que necessita de importar os combustíveis mais utilizados, nomeadamente o petróleo e os seus derivados. O consumo de biomassa concentra-se principalmente na lenha, nas zonas rurais e na periferia das cidades, para a preparação de alimentos. As fontes de ER são principalmente eólicas e solares, com a energia hídrica, das ondas, geotérmica, de resíduos e fontes de biomassa a desempenhar quase que um papel nulo na matriz energética de

Cabo Verde.

Cabo Verde tem registado uma procura total de eletricidade crescente. O cenário de base (BAU) estima que o país atingirá uma necessidade total de 990 GWh em 2040. A taxa de crescimento médio esperada para o período de 2018-2040 é de aproximadamente 3 % comparativamente com 7,5 % entre 2000-2017. As perdas de eletricidade seriam reduzidas dos atuais 23 % para 10 % em 2030.

As medidas da NDC de Cabo Verde para as ER baseiam-se nos números do Plano Diretor de Eletricidade PDE 2018-2040) e nas projeções de crescimento.

As contribuições de Cabo Verde para o sector energético para 2030 são as seguintes:

Quadro 5.

Contribuições de Cabo Verde para Mitigação no Sector da Energia.

#1: REDUZIR A INTENSIDADE ENERGÉTICA E PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Agência responsável: Ministério da Indústria, Comércio e Energia

OBJETIVO: Reduzir a necessidade energética em 7% abaixo das projeções do BAU através de alterações no cabaz energético e melhorias na eficiência energética. O compromisso pode ser aumentado para 15% com apoios adequados.

Diminuir o consumo global de eletricidade até 7% em 2030 (15% com apoios)

Reduzir o total das **perdas de eletricidade** para 10% até 2030 (base de referência de 23% em 2017)

Potenciar unidades de **biogás agrícola** como meio de recuperar nutrientes e melhorar os solos, facilitar a higiene e saúde agrícola

Substituir a madeira ou o gás fóssil para cozinhar ou a eletricidade para iluminação

Modernizar e reforçar as **redes de transmissão e distribuição de eletricidade**

Acelerar o desenvolvimento de **redes inteligentes** e a utilização em massa de contadores inteligentes

Melhorar a eficiência energética da iluminação pública, aparelhos, edifícios e desenvolver produtos especializados de empréstimo/crédito para empresas energeticamente eficientes

Integrar as especificações técnicas e critérios adaptados no **Código da Construção para construções de baixo teor de carbono**, baixa tecnologia, passivas, bioclimáticas, autossuficientes, que possam resistir a eventos climáticos extremos.

#2: AUMENTAR OS OBJETIVOS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Agência responsável: Ministério da Indústria, Comércio e Energia

OBJETIVO: Efetuar uma grande mudança rumo à economia de baixo teor de carbono, aumentando a quota da ER no fornecimento de eletricidade (de 18,4%) para 30% (em 2025) e até 50% em 2030, ou para 100% até 2040 com apoios.

Assegurar o fornecimento de eletricidade dentro ou fora da rede em nove ilhas e a atingir 100% de acesso à eletricidade para todos os consumidores até 2023.

Aumentar a capacidade da energia eólica instalando um parque eólico em Santiago (até 2022 10 MW e 60 MW até 2030)

Aumentar a energia solar fotovoltaica instalando mais 150 MW até 2030 (Santiago até 2022, Boa Vista até 2022, Sal até 2023, São Vicente até 2023, Santo Antão, São Nicolau, Maio e Fogo até 2025)

Instalar do primeiro **projeto-piloto de produção de energia das ondas** até 2027

Implementar uma **central de armazenamento por bombagem** na ilha de Santiago até 2026

Aumentar a capacidade de armazenamento da ER instalando sistemas de armazenamento em Brava, São Nicolau, Boa Vista e São Vicente até 2025

Implementar rede de micro-energia nas zonas rurais, baseada em fontes renováveis (Chã das Caldeiras, Ilha do Fogo, até 2022)

Instalar de um aterro de biogás em Santiago até 2025 e construção de 8 centrais de biogás distribuídas pelas ilhas até 2030

Operacionalizar o Plano de Ação para o Género e Energia até 2030 e **promover oportunidades de emprego** para os jovens no domínio da ER

Introduzir as primeiras instalações de dessalinização solar em escala (Furna, Brava em 2021)

Implementar o Projeto Sustentável da Ilha Brava

TRANSPORTES

O Governo de Cabo Verde identificou a promoção da mobilidade ativa e elétrica como uma estratégia para a redução das emissões de GEE relacionadas com o transporte rodoviário, bem como o aumento da quota de armazenamento e penetração de ER. O país recebeu recentemente apoio internacional para a implementação da sua primeira Ações de Mitigação Nacional Apropriada (AMNA) "Promoção da Mobilidade Elétrica".

Existe uma grande dependência do transporte marítimo internacional para satisfazer as necessidades da população, responsável por uma grande percentagem das emissões nacionais de GEE nos PEID. As medidas de proteção do clima no transporte marítimo podem criar sinergias para reduzir as emissões de GEE e ajudar a baixar os custos de abastecimento.

Quadro 6.

Contribuições de Cabo Verde para Mitigação no Sector dos Transportes.

#3: REDUZIR A INTENSIDADE DE CARBONO DA MOBILIDADE

Agência responsável: Ministério da Administração Interna; Ministério da Economia Marítima e Ministério da Indústria, Comércio e Energia

OBJETIVO: Eletrificar pelo menos 25% da sua frota de transportes terrestres até 2030, com fontes de ER. Implementar medidas para promover a mobilidade ativa sem carbono e o transporte marítimo sustentável.

Reduzir a necessidade de mobilidade de alto teor de carbono através do planeamento urbano e da digitalização

Criar redes urbanas seguras e atrativas para ciclismo e passeios a pé e negócios de equipamentos na Praia e no Mindelo

Quantificar as reduções nacionais de GEE possíveis através da **mudança para transportes marítimos internacionais de teor de carbono mais baixos** (2023), e desenvolver um quadro político e um plano de ação nacional no âmbito da Organização Marítima Internacional. **Encorajar a comunidade internacional a escalar as tecnologias de descarbonização dos transportes marítimos**

Finalizar políticas e objetivos de redução das emissões de GEE no transporte marítimo doméstico, com base numa avaliação de viabilidade detalhada (até 2023)

Eletrificar a frota de veículos priorizando os veículos públicos, coletivos, de alta carga de passageiros, de serviço e comerciais, tornando-os socialmente inclusivos, criar aderência pública e empregos locais

"Implementar o AMNA "Promoção de VE em Cabo Verde" e o Plano de Ação para a Mobilidade Elétrica envolvendo:

- Estabelecer regras de aquisição de 100% VE por entidades institucionais e ter pelo menos 50% de VE na nova aquisição de transportes coletivos urbanos (2025)
- Instalação gradual de uma vasta rede de estações de recarga, começando nos principais centros urbanos de Cabo Verde e ao longo de corredores rodoviários estratégicos
- Implementar a infraestrutura nacional de recarga pública e ter a frota de veículos da administração pública totalmente eletrificada (2030)"

TURISMO RESPONSÁVEL E ECONOMIA CIRCULAR

Um sector turístico em expansão é vital para a prosperidade económica da Nação e das suas comunidades costeiras. A viabilidade contínua deste sector continua em risco devido às mudanças climáticas, poluição, urbanização e degradação dos ecossistemas. No entanto, o turismo também contribui para estas ameaças. Os diversos impactos negativos que o sector do turismo pode causar, sublinham a necessidade de planear, gerir e monitorizar bem o turismo.

A economia circular tem sido proposta nos últimos anos como um modelo que pode ajudar a tornar o turismo mais sustentável. O sector do turismo tem a capacidade de combinar dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais de sustentabilidade e contribuir para a sua melhoria mútua.

Quadro 7.

Contribuições de Cabo Verde para Mitigação no Sector do Turismo e Economia Circular.

#4: MUDANÇA PARA O TURISMO RESPONSÁVEL E ECONOMIA CIRCULAR

Agência responsável: Ministério do Turismo e Transportes; Ministério da Indústria, Comércio e Energia; Ministério da Administração Interna; Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros; Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, Instituto Nacional de Gestão do Território

OBJETIVO: Reforçar o turismo sustentável como fator de capacitação local e desenvolvimento económico, assegurando a resiliência climática e aumentando o emprego decente.
Reduzir as emissões globais de GEE do turismo em 20% por visitante/dia até 2030.
Desenvolver um roteiro para a transição faseada para uma economia circular (2022 - 2040), por indústria e município.

Avaliar a viabilidade e envolver-se com parceiros internacionais relevantes, a fim de **reduzir a pegada de carbono das viagens aéreas** (até 2025)

Desenvolver um roteiro nacional para o turismo responsável na economia circular, a fim de construir uma vantagem comparativa para o destino turístico de Cabo Verde

Subordinar o desenvolvimento de zonas e infraestruturas turísticas a formas mais responsáveis de turismo e outros usos do solo

Estabelecer limites de carga por zona de desenvolvimento turístico, planear ciclismo, caminhadas, infraestruturas para caminhadas, atividades desportivas e de observação da natureza, transportes públicos eletrificados

Promover projetos de turismo sustentável em ilhas/áreas que atualmente se encontram fora das áreas de desenvolvimento turístico. As receitas globais do turismo serão redistribuídas por todas as ilhas e reinvestidas na preparação climática de todas as comunidades locais

Assegurar ligações entre a agricultura, as pescas e o sector do turismo para facilitar o fornecimento de hotéis com produtos locais uma vez satisfeita a demanda alimentar nacional

Estimular/incentivar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) na área do ecoturismo e reforçar o mercado de bens biológicos e tradicionais como o café Fogo, grogue, queijo de cabra, sal e outros bens frescos locais, produzidos com técnicas tradicionais

Incentivar os fabricantes e empresas, através de incentivos fiscais e desenvolvimento de capacidades, a conceber produtos e serviços circulares, com base na recuperação de recursos, biodegradabilidade e nos verdadeiros custos de produção, incluindo os custos ambientais

Promover oportunidades de emprego para os jovens no domínio do turismo sustentável através da melhoria das TI e das competências linguísticas

Implementar a **Estratégia Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes** garantindo a segurança dos turistas, evitar fugas de petróleo de navios e tornar as infraestruturas turísticas e os ecossistemas resilientes face aos riscos das mudanças climáticas

AGRICULTURA, SILVICULTURA E OUTROS USOS DO SOLO

As principais emissões de GEE na agricultura, silvicultura e outros usos do solo provêm da pecuária, da queima de resíduos agrícolas, e da utilização de fertilizantes. O sector continua a ser um sumidouro líquido de carbono devido à cobertura florestal dadas as medidas de florestação e reflorestação implementadas desde os anos 20, a cobertura florestal no país

aumentou de zero para cerca de 85.000 ha, 21% do território nacional.

A produção de madeira e de produtos florestais não lenhosos desempenha um papel significativo nas economias locais, com um volume de produção de lenha estimado em 268.000 toneladas/ano.

Quadro 8.

Contribuições de Cabo Verde para Mitigação no Sector da Agricultura, Silvicultura e Outros Usos do Solo.

#5: PROMOÇÃO DA FUNÇÃO DE SUMIDOURO NATURAL DOS ECOSISTEMAS

Agência responsável: Ministério da Administração Interna; Ministério da Economia Marítima e Ministério da Indústria, Comércio e Energia

OBJETIVO: Aumentar, através de reflorestação e arborização, as áreas florestais até 2030 com espécies resistentes e de preferência endémicas e nativas, para proteger as zonas húmidas e para reduzir/substituir a lenha. Cabo Verde compromete-se também a prevenir os incêndios florestais, que ameaçam os seres vivos e os ecossistemas e libertam grandes quantidades de GEE.

Florestar 7 000 hectares com espécies diversas, resilientes e adaptadas (até 2030)

Reflorestar 3 000 hectares com espécies diversas, resilientes e adaptadas (até 2030)

Delimitar áreas prioritárias (6 000 ha), para a conservação e proteção dos solos, zonas húmidas, cabeceiras, ribeiras e massas de água

Elaborar planos de gestão florestal e planos de prevenção de incêndios florestais nas ilhas de Maio, Santo Antão, Fogo, Santiago e Boavista

Explorar o sequestro natural de carbono com base nos oceanos, inofensivo para os recursos marítimos, comunidades costeiras e ecossistemas marinhos

Melhorar a recolha e gestão de dados no sector da terra - incluindo dados florestais, do solo, da biomassa subterrânea e das zonas húmidas

Integrar informação sobre florestas, zonas húmidas e solos, planos de conservação e restauração e incêndios florestais, nos planos de desenvolvimento municipal

Implementar medidas de conservação in-situ e ex-situ em planos/estratégias nacionais para a conservação e valorização das sementes e material vegetal nacionais face às mudanças climáticas

Capacitar comunidades e as partes interessadas (mulheres, idosos, jovens,...) **para salvaguardar os recursos naturais**, para se tornarem silvicultores, conservacionistas ou empresários de produtos de origem sustentável e local









4. CONTRIBUIÇÕES DE ADAPTAÇÃO

4.1. ALINHAMENTO COM POLÍTICAS, PLANOS E ESTRATÉGIAS

Quadro 9.

Principais políticas internacionais, nacionais e setoriais e aplicabilidade aos setores da NDC, relativos às contribuições de adaptação.

ADAPTAÇÃO						
Acordo de Paris	●	●	●	●	●	●
Convenção-Quadro das NU sobre as Mudanças climáticas	●	●	●	●	●	●
Estratégia de Desenvolvimento a Longo prazo de Baixas Emissões 2050		●				
Agenda 2030	●	●	●	●	●	●
Nova Agenda Urbana ONU HABITAT III	●		●	●	●	
Estratégia Nacional de Desenvolvimentos Ambição (EDNA) 2020-2030	●	●	●	●	●	●
Plano Nacional de Adaptação (NAV CV) 2022	●	●	●	●	●	●
Estratégia Nacional para a redução do Risco de Catástrofes (ENRRC) 2018-2030			●	●	●	
Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento em Cabo Verde (ESGAS) 2015	●					
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021	●	●	●	●	●	●
Programa Nacional para o Investimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN-CV) 2017-2030		●				●
Plano Estratégico do Sistema Nacional de Investigação Agrícola (PE_SNIA) 2017-2024		●				

ÁGUA

A água é um dos recursos já afetado pelos efeitos das mudanças climáticas. O acesso limitado à água conduz a riscos significativos para o frágil ecossistema do país, a sua biodiversidade, cobertura vegetal, qualidade do solo e produção agrícola.

O acesso justo à água para toda a população de Cabo Verde, combinado com o uso sustentável da água, a redução das perdas de água e o aumento da dessalinização através de fontes de ER continuam a ser desafios nacionais. Apesar de melhorias significativas no sector da água e

saneamento nas últimas duas décadas, Cabo Verde continua a enfrentar grandes desafios. Depende do processo intensivo de dessalinização da água limpa, que impede o país de reduzir a pegada de carbono da água.

Na área do saneamento e dos resíduos, o país ainda não atingiu plenamente os objetivos estabelecidos na primeira NDC nem no Plano Estratégico de Água e Saneamento (PLENAS: Plano Estratégico de Água e Saneamento) que estabelece os objetivos para o sector até 2030.

Quadro 10.

Contribuições de Cabo Verde de Adaptação no Sector da Água.

#1: MELHORIA DA SEGURANÇA DA ÁGUA E REPOSIÇÃO NATURAL, REDUZINDO A INTENSIDADE DO TEOR DE CARBONO DA ÁGUA

Agência responsável: Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e Conselho Nacional de Água e Saneamento (CNAS); DNICE no Ministério da Indústria, Comércio e Energia.

OBJETIVO: Minimizar as perdas técnicas e comerciais de água e a mobilizar o abastecimento de água utilizando energias renováveis para assegurar um sistema de gestão sustentável e resiliente até 2030.

Delinear e manter atualizado um plano de implementação dos objetivos PLENAS e ESGAS para **assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos** (2021)

Integrar os limites climáticos, biofísicos e económicos para **aumentar o abastecimento de água** nas revisões do PLENAS e PAGIRE (2030)

Reduzir as perdas de água em sistemas de abastecimento de água e centrais de dessalinização de água de 30% em 2020 para 10% em 2030

Aumentar a capacidade instalada das Energias Renováveis (ER) como fonte de energia para a produção de água dessalinizada

Criar um quadro de incentivos para atrair o investimento direto nacional e estrangeiro em técnicas de dessalinização com baixo teor de carbono (até 2022)

Aumentar a capacidade de armazenamento per capita através da conceção/construção de pequenas barragens, terraços, tanques e reservatórios para reter água, para retardar o escoamento e aumentar a infiltração das águas subterrâneas (até 2030)

Melhorar a infiltração e reposição dos recursos hídricos através de Sbn

Melhorar e aplicar o sistema de licenciamento para a captação de águas subterrâneas, a fim de evitar a exploração excessiva

#2: MELHORIA DO TRATAMENTO DE ESGOTOS, RESÍDUOS SÓLIDOS E ÁGUAS RESIDUAIS

Agência responsável: ANAS e CNAS

OBJETIVO: Fornecer sistemas de esgotos a todos os lares e providenciar o tratamento seguro das águas residuais, aumentando a utilização de energias renováveis e a recuperação de nutrientes e energia das águas residuais, até 2030

Criar sistemas sustentáveis, apoiados por dados, institucionais e técnicos **de gestão de resíduos** baseados no princípio da redução na fonte da quantidade dos resíduos e esgotos (2030)

Integrar os limites climáticos, biofísicos e económicos e garantir a **eficiência antes de aumentar o abastecimento**, na avaliação e revisão do PDAS, e regular e implementar um novo código de água e saneamento (2025)

Fornecer uma cobertura de 100% de eliminação de resíduos, tais como fossas sépticas para residências fora da rede (2030)

Desenvolver e implementar programas de formação para a reutilização doméstica e comunitária de resíduos sólidos (2025)

Massificar os contentores de lixo nas comunidades rurais e melhorar a recolha de resíduos (até 2025)

Adotar uma estratégia nacional sobre resíduos orgânicos a nível municipal, bem como para **indústrias específicas**, nomeadamente a **pesca**, a **agricultura** e o **turismo** (até 2024)

AGRICULTURA

Cabo Verde sofre de extensos períodos de seca. A erosão e degradação do solo levaram a uma desertificação crescente ao longo das últimas décadas. O impacto negativo da seca na agricultura é acompanhado por um declínio na produção agrícola e alimentar e por um aumento dos preços agrícolas e de água.

A expansão da agricultura depende da utilização de uma gestão inteligente e sustentável da água. A agricultura e a pecuária, juntamente com a pesca, são as principais atividades económicas nas zonas rurais e podem expor a população rural à pobreza devido à sua fragilidade.

Quadro 11.

Contribuições de Cabo Verde de Adaptação no Sector da Agricultura.

#3: AUMENTAR E SUSTENTAR A SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADA NA TERRA ATRAVÉS DA AGRICULTURA REGENERATIVA

Agência responsável: Direção Geral da Agricultura, Florestas e Pecuária; Ministério da Agricultura e Ambiente, apoiado pelo Instituto para a Igualdade e Equidade de Género

OBJETIVO: Criar uma agricultura resistente e uma economia pecuária sustentável até 2025, a nível nacional e insular, transformando a biomassa importada e os seus resíduos orgânicos numa vantagem para a melhoria da fertilidade do solo nacional

Integrar os limites climáticos, biofísicos e económicos das políticas e práticas de **abastecimento de água para a agricultura**

Melhorar a utilização da água agrícola através de sistemas de irrigação eficientes, com ênfase na micro-irrigação e em sistemas hidropónicos inteligentes

Inverter e prevenir a degradação do solo através da preservação do ordenamento do território agrícola, planejar as cidades para permitir a agricultura urbana

Reverter e prevenir a degradação do solo através de técnicas de preservação do solo e da água

Promover a gestão integrada de pragas e doenças, tais como a utilização de inimigos naturais das plantas e pesticidas aprovados para reduzir as infestações sazonais e as perdas de rendimento das culturas

Associar sistematicamente a agricultura ao gado, de forma a **regular os nutrientes do solo e melhorar as condições para a manutenção do gado**

Reforçar o agro-empendedorismo moderno e rentável com o desenvolvimento da agricultura de precisão e digital

Incentivar as mulheres a ocupar um lugar na agricultura ocuparão 40% (2030)

Investir na investigação agrícola, extensão, demonstração e capacidade dos agricultores

Adotar um programa público de financiamento e crédito agrícola para promover **sistemas agrícolas regenerativos e circulares, com incentivos especiais para que mulheres e jovens**

OCEANOS E ZONAS COSTEIRAS

Em 2015, Cabo Verde tornou-se o primeiro país africano a adotar uma carta de desenvolvimento azul para um sector pesqueiro sustentável e está a avançar para o desenvolvimento do Plano Nacional de Investimento da Economia Azul (PNIEB). Aproveitando todo o potencial da vasta zona económica exclusiva do país (800 000 km², 200 vezes a sua superfície terrestre) e a sua localização estratégica, o Governo pretende transformar Cabo Verde numa plataforma marítima e logística no Atlântico.

A pesca desempenha um papel estratégico na economia nacional apesar da sua atual baixa contribuição para o PIB (1%) ou para o emprego (cerca de 5% da população ativa). As perspetivas da economia azul são postas em risco por um

ambiente físico cada vez mais frágil. O aumento do crescimento populacional nas zonas costeiras intensifica a exploração dos recursos e das linhas costeiras, juntamente com o aumento da deposição de resíduos, pondo em risco a saúde dos ecossistemas marinhos e costeiros.

A subida do nível do mar, por seu lado, apresenta riscos existenciais. Um aumento projetado do nível do mar de 0,26m para 0,98m nos próximos 60-80 anos aumentará a submersão costeira, erosão, áreas inundadas e salinidade em Cabo Verde, com um impacto maciço nas infraestruturas costeiras (incluindo o turismo) e nas pessoas, 80% das quais vivem ao longo dos 1 000 km de extensão da linha costeira.

Quadro 12.

Contribuições de Cabo Verde de Adaptação no Sector dos Oceanos e Zonas Costeiras.

#4: AUMENTAR E SUSTENTAR A SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADA NOS OCEANOS ATRAVÉS DA PESCA REGENERATIVA

Agência responsável: Ministério da Agricultura e Ambiente; Ministério da Economia Marítima, apoiado pelo Instituto para a Igualdade e Equidade de Género.

OBJETIVO: Adotar práticas de pesca sustentáveis como uma contribuição para reduzir a pressão sobre as espécies pesqueiras das ilhas e melhorar a segurança alimentar nacional, a saúde, bem como oportunidades de emprego

Adotar um sistema robusto de monitorização, controlo e vigilância, incluindo a rastreabilidade digital, das atividades pesqueiras - legais e ilegais - até 2025

Desenvolver, adotar e implementar planos baseados nos ecossistemas para reconstituir os recursos haliêuticos exauridos, e assegurar uma gestão das pescas adaptável para responder às mudanças climáticas

Proteger o consumo local de peixes e a pesca doméstica em pequena escala em vez do abastecimento da indústria do turismo internacional, a exportação e a pesca internacional em grande escala

Atribuir à pesca subsídios condicionados, quotas e autorizações para uma análise rigorosa dos **recursos pesqueiros disponíveis** e **taxas de reposição, espécies e habitats ameaçados** e vulneráveis, incluindo o risco de habitats e capturas acessórias

Implementar um rótulo de qualidade e ambiental para os produtos da pesca até 2027

Estabelecer políticas e quadros de gestão para **minimizar os impactos ambientais da aquacultura** e adotar incentivos fiscais e regulamentares para o estabelecimento dessas instalações

Desenvolver uma análise de género na economia azul (**promoção do empreendedorismo, desenvolvimento de empregos para os jovens, incentivo à inovação**) até 2022

Até 2030, as **mulheres ocuparão pelo menos 40% do emprego na economia azul**

#5: EXTENSÃO DAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

Agência responsável: Ministério da Economia Marítima; Ministério da Agricultura e Ambiente; Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, INGT.

OBJETIVO: Travar a alteração e destruição dos habitats naturais marinhos e a perda da biodiversidade marinha através da adoção de políticas nacionais e planos de áreas marinhas protegidas que contribuam para a extensão das áreas marinhas protegidas ("ZMP") e para a implementação dos seus mecanismos de monitorização

Capitalizar o conhecimento e as **ferramentas de análise espacial para identificar o potencial de sequestro de carbono e locais otimizados** para áreas de proteção marinha

Aumentar a território das **áreas costeiras e marinhas protegidas** (de 128.000 ha) em 50% até 2030

Desenvolver planos de gestão para 100% das áreas marinhas protegidas até 2030 que incluam ações de adaptação às mudanças climáticas. Incorporar mecanismos de monitorização e revisão de planos de gestão que envolvam populações locais

Adotar uma lei para regular o ordenamento do espaço marítimo até 2022 e/ou revisão e adaptação da atual lei de base do ordenamento do território e do planeamento urbano para incluir o ordenamento do espaço marítimo

Adotar um plano nacional de gestão do espaço marítimo até 2024, incorporando objetivos ambiciosos em matéria de mudanças climáticas, com a ZEEEM-SV a assumir um papel explícito de gestão

Identificar e **implementar ações de sensibilização nas ilhas** entre residentes, turistas e associações de pescadores para a proteção das espécies marinhas (2023-2024)

#6: DEFESA DOS RECURSOS MARINHOS E DAS ZONAS COSTEIRAS

Agência responsável: Ministério da Economia Marítima; Ministério da Agricultura e Ambiente e Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação; INGT

OBJETIVO: Adotar regulamentos de planeamento e planos de gestão até 2025 para proteger os recursos marinhos e os espaços marítimos e priorizar a economia azul. Conceber e adotar uma SbN adaptadas às particularidades de cada ilha, como elemento chave de adaptação para enfrentar a subida do nível do mar.

Implementar a proteção costeira em cada ilha, sendo a ordem prioritária o seu coeficiente de risco climático e a criticabilidade dos ecossistemas ameaçados

Utilizar SbN, ecossistema e paisagem no planeamento e **implementação de obras de restauração e proteção costeira** para combinar ou substituir infraestruturas cinzentas

Realizar um estudo sobre a atividade de recolha e extração de areia das praias, determinar os seus impactes socioeconómicos e ambientais e identificar alternativas para as pessoas dependentes desta atividade

Inventariar os leitos de ervas marinhas, **desenvolver uma estratégia de proteção e criar um regime abrangente de conservação** até 2024,

Implementar o campus marítimo e ligar o Observatório Oceânico de Cabo Verde, o Observatório Atmosférico de Cabo Verde e o Centro de Ciências Oceânicas em São Vicente para: formação de executivos e trabalhar em áreas ligadas ao sector marítimo, investigação sobre o mar, pescas, tecnologias de transporte marítimo e mudanças climáticas

Identificar e apoiar investigações de elevado impacto sobre os recursos marinhos e a biologia marinha em colaboração com centros de investigação internacionais

Criar um fundo azul até 2023 para o financiamento doméstico e internacional da economia azul. Explorar pagamentos por serviços ambientais para apoiar a economia azul

PLANEAMENTO ESPACIAL

O crescimento acelerado nas cidades de Cabo Verde é uma das principais preocupações. Ocorre em grande parte espontaneamente e de forma suborganizada, especialmente nas grandes cidades em crescimento como Praia, Sal Rei, Mindelo, Santa Maria e Espargos, gerando conflitos socioeconómicos e desdobrando os impactos ambientais. Para o país, é necessário reverter estes padrões de expansividade urbana que são um dreno para as terras e habitats, serviços públicos e despesas em infraestruturas.

Nos últimos anos, o país adotou um conjunto de leis e regulamentos que estabelecem as bases para uma implementação eficaz e racional das estratégias de ordenamento do território e integração das alterações climáticas. No entanto, existem ainda lacunas e deficiências, nomeadamente no que diz respeito à implementação efetiva dos planos e políticas, bem como o controlo e a vigilância, avaliação, fiscalização da conformidade e aplicação.

Quadro 13.

Contribuições de Cabo Verde de Adaptação no Sector do Planeamento Espacial.

#7: UTILIZAÇÃO DO PLANEAMENTO ESPACIAL COMO ALIADO NA ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Agência responsável: Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação; INGT e Infraestruturas; Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde.

OBJETIVO: Integrar as questões climáticas no planeamento nacional e municipal. Cabo Verde irá desenhar um novo mapa, refletindo novos usos do solo, derivados da nova política climática. Este visa dar prioridade ao uso do solo resistente ao clima a fim de salvaguardar vidas e bens

Desenhar um novo mapa de Cabo Verde refletindo novos usos do solo como derivados da nova política climática (NDC, PAN, 2023)

Fornecer capacitação a nível nacional e municipal para modelar espacialmente os cenários climáticos e implementar o novo planeamento, alinhar a atualização dos Planos Diretores Municipais e o PEMDS (2025)

Descentralização municipal: os 22 municípios, através dos seus PDMs, são responsáveis pelo planeamento, implementação e partilha de dados à prova do clima a nível nacional

Identificar os focos de risco climático, bem como as áreas com maior potencial de mitigação e adaptação

Elaborar todos os Planos de Gestão Costeira e Adjacente do Litoral, PGCAL para salvaguardar, conservar e proteger a biodiversidade marinha

REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

Em 2017 Cabo Verde comprometeu-se a implementar o Quadro Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (RRC) alinhado com o AP e que estabelece o objetivo geral de reduzir substancialmente o risco de catástrofes e perdas em vidas, meios de subsistência e saúde e no património económico, físico, social, cultural e ambiental de pessoas, empresas, comunidades e países.

A Estratégia Nacional de Cabo Verde para a Redução do Risco de Catástrofes (ENRRD), adotada em 2018, visa fornecer um plano político eficaz para a gestão de riscos, prevenção de catástrofes, minimização de danos e perdas associadas, e evitar a criação de novos riscos através do estabelecimento de mecanismos institucionais e de capacitação para planear e implementar a redução do risco de catástrofes a fim de construir a resiliência de Cabo Verde.

Quadro 14.

Contribuições de Cabo Verde de Adaptação no Sector de Redução do Risco de Catástrofes.

#8: MITIGAR OS RISCOS DE CATÁSTROFES E VULNERABILIDADES RELACIONADAS COM O CLIMA E PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Agência responsável: Ministério da Administração Interna; SNPCB; Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, INGT, Infraestruturas

OBJETIVO: Implementar a Estratégia Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes até 2030, e adotar e implementar planos de resiliência e gestão de catástrofes por cidades e municípios

Apoiar o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB) com assistência técnica e financeira para a implementação do ENRRD

Identificar infraestruturas, equipamentos e serviços vitais, estratégicos e críticos, cujas funções devem ser protegidas a todo o custo; tornar o Código de Construção Nacional resistente e com baixo teor de carbono e **oferecer alternativas económicas e acessíveis às famílias vulneráveis que vivem em áreas expostas a mudanças climáticas** (2022)

Adotar um plano municipal de redução de risco e resiliência, até 2023, para os 22 municípios, baseado no ENRRD e nas áreas de risco designadas no planeamento espacial, com enfoque na resposta a emergências e na prevenção e gestão dos riscos climáticos nas áreas afetadas por grandes perdas

Efetuar simulações de resposta a emergências a nível municipal e de bairros.

Criar sistemas de alerta precoce com reconhecimento dos impactos diferenciados que os grupos mais vulneráveis enfrentam durante as catástrofes. Elaborar e adotar um índice nacional de vulnerabilidade às mudanças climáticas e monitorizar; **criar um observatório nacional do território** para monitorizar as dinâmicas de risco e a ocupação do território (2022)

Expandir as políticas de proteção dos meios de subsistência que ajudam os indivíduos vulneráveis e de baixos rendimentos a recuperar dos danos associados a eventos climáticos extremos; fornecer apoio e proteção a pessoas deslocadas internamente, através das fronteiras e comunidades de acolhimento

Elaborar planos de recuperação de catástrofes para todos os 22 municípios com inventários de recursos, medidas e ações de primeira resposta relativas às necessidades humanitárias pós-catástrofes, com o envolvimento direto dos serviços envolvidos na assistência pós-catástrofe (2026)

SAÚDE

Cabo Verde está empenhado em integrar o conceito de mudanças climáticas nas suas políticas de saúde e, em particular, na sua "Estratégia de Saúde Única", que se destina a informar todas as políticas relacionadas com a saúde e combinar três componentes: Saúde humana, saúde animal e saúde ambiental, oferecendo uma abordagem holística para enfrentar os riscos de saúde e responder a futuras epidemias, envolvendo diferentes ministérios e entidades responsáveis pela saúde humana, animal e ambiental. A qualidade do ar em Cabo Verde, é considerada insegura, devido ao sopro de poeira do Deserto do Sara e às emissões de veículos.

Os indicadores utilizados na avaliação dos efeitos das mudanças climáticas sobre o perfil da doença em Cabo Verde estão relacionados com:

- i. doenças transmitidas por vetores, como a malária e a dengue;
- ii. impactos na saúde relacionados com o clima (ex. inundações, tempestades, etc.);
- iii. insegurança alimentar e nutricional e escassez de água; e

iv. doenças respiratórias causadas por fogões de cozinha, pó (bruma seca) ou cancro da pele devido à elevada incidência de radiação solar.

Neste contexto, a saúde pública e a capacidade de resposta a futuras emergências sanitárias são prioridades transversais na NDC de Cabo Verde.

Quadro 15.

Contribuições de Cabo Verde de Adaptação no Sector da Saúde.

#9: CONFRONTAR OS RISCOS PARA A SAÚDE RELACIONADOS COM O CLIMA

Agência responsável: Ministério da Saúde; Instituto Nacional de Saúde Pública; Ministério da Indústria, Comércio e Energia, apoiado pelo ICIEG.

OBJETIVO: Adotar um plano nacional para a saúde e alterações climáticas e integrar considerações sobre as alterações climáticas na sua Estratégia Nacional de Saúde Única e a combater os riscos sanitários e responder a futuras epidemias até 2025

Criar um perfil de Cabo Verde para as mudanças climáticas e saúde e melhorar a base de dados nacional para as doenças relacionadas com as mudanças climáticas e com grupos vulneráveis ao clima, para o acompanhamento do progresso, monitorização e avaliação dos efeitos na saúde

Estudar e quantificar os co-benefícios para a saúde relacionados com a redução das emissões de GEE e vulnerabilidades climáticas através da implementação da NDC e do PNA, a integrar na análise custo-benefício nos processos de elaboração de políticas

Criar capacidade municipal para integrar as questões de saúde derivadas do clima nos planos de desenvolvimento sustentável dos municípios, levando a planos de ação municipais sobre mudanças climáticas com programas de prevenção, tratamento e monitorização da saúde

Lançar uma campanha nacional de informação sobre os benefícios para a saúde associados à bicicleta e à marcha, em oposição à condução

Identificar as vulnerabilidades e **reforçar a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental** das instalações e infraestruturas de cuidados de saúde

Estabelecer até 2022 um plano de ação nacional sobre saúde e mudanças climáticas indicando medidas e ações prioritárias a serem implementadas até 2030, e **estabelecer um plano financeiro para identificar as necessidades de apoio da comunidade internacional**

Estabelecer um projeto de **investigação** para **identificar os efeitos das mudanças climáticas na saúde dos animais e nas espécies vegetais no país**

5. NECESSIDADES E APOIO INTERNACIONAL

5.1. NECESSIDADES FINANCEIRAS DA NDC

Estima-se, com base na primeira NDC de 2015 e de orçamentos existentes das principais políticas setoriais em curso, que os recursos financeiros incrementais que Cabo Verde necessitaria para implementar a NDC atualizada ascendem a um mínimo de 2 bilhões de euros para 10 anos de ação climática, metade do valor sendo destinado para medidas de mitigação e metade para adaptação.

Os custos detalhados serão incluídos no Roteiro de Implementação da NDC a ser lançado ainda este ano. Da mesma forma, o próximo roteiro de implementação do Plano Nacional de Adaptação (PNA) fornecerá atividades, custos, atores, cronogramas e indicadores detalhados para o componente de adaptação.

5.2. ESTRATÉGIA NACIONAL DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Cabo Verde irá promover, conceber e adotar um conjunto de ferramentas e instrumentos de financiamento de baixo carbono e resiliência para canalizar investimentos relevantes de fontes públicas e privadas para a NDC. Assim, até 2022, a DNP deverá adotar uma Estratégia de Finanças Climáticas e Plano de Trabalho definindo, com base em critérios transparentes, os projetos e carteira de investimentos necessários para implementar a NDC, bem como vias de financiamento concretas.

A Estratégia de Financiamento do Clima será elaborada tendo por base acordos internacionais para desenvolvimento de atividades sustentáveis de África, Europa entre outros, com uma definição padronizada de atividades sustentáveis e melhores práticas relacionadas com objetivos, indicadores financeiros e de investimento, bem como salvaguardas. A Estratégia de Financiamento do Clima produzirá uma lista de prioridades de projetos nacionais, municipais, privados e públicos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas elegíveis para financiamento climático.

5.3. DESENVOLVIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Ao abrigo do AP, os países de alto rendimento comprometeram-se a fornecer transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades aos países de baixo e médio rendimento, mas, para tal Cabo Verde comprometer-se a preparar uma Avaliação das Necessidades Tecnológicas, a fim de estruturar este apoio tecnológico e de conhecimento.

Cabo Verde apela à comunidade internacional apoio urgente no sentido de aumentar as tecnologias de eficiência de carbono nos transportes aéreo e marítimo, que são vitais para a conectividade, abastecimento e prosperidade das ilhas. São também necessários avanços nas áreas de armazenamento por bombagem, produção de energia das ondas, soluções de armazenamento de carbono oceânico, a fim de reduzir incertezas, potenciais riscos ambientais e custos.

5.4. INSTRUMENTOS DE AMBIÇÃO REFORÇADA

Cabo Verde apoia fortemente os três instrumentos de ambição reforçada-previstos no art.º 6 do AP:

- a)** mecanismo de mitigação (art.º 6.4).
- b)** abordagens cooperativas bilaterais (art.º 6.2) aplicadas, em particular, nos sectores da energia e da mobilidade, com vista a cumprir os objetivos assinalados na NDC.
- c)** abordagens não-mercantis integradas, holísticas e equilibradas (art.º 6.8) visando benefícios de adaptação para as comunidades rurais (acesso a água limpa e solos saudáveis), bem como intervenções ao abrigo do art.º 6.9 ligando o clima ao desenvolvimento sustentável.

6. PRÓXIMOS PASSOS

Quadro 16.

Os próximos passos de Cabo Verde para o cumprimento do Acordo de Paris.

PA PRIORIDADE PARA CABO VERDE	IMPLICAÇÕES PARA CABO VERDE	ESTADO DE PLANEAMENTO
Artigo 4 NDCs e LT-LEDS	Preparar e submeter NDC progressivamente mais ambiciosas de cinco em cinco anos. Acompanhar a realização da NDC Formular uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo de baixas emissões (LT-LEDS) Considerar a participação em projetos de mitigação que geram créditos ou não (ITMOs,) a fim de cumprir com a NDC.	<ul style="list-style-type: none"> ● NDC 2015 ● NDC 2020 ● 2021: adotar o Roteiro de Implementação da NDC e acompanhar o progresso ● 2022: iniciar a elaboração do EDLPBE em conjunto com o próximo PEDS ● 2025 submeter NDC atualizada
Artigo 6 Mecanismos de mercado e não-mercantis	Considerar a participação em projetos de mitigação que geram créditos ou não (ITMOs,) a fim de cumprir com a NDC.	2022: implementar a Estratégia Nacional de Financiamento Climático
Artigo 7 Adaptação	Apresentar e atualizar periodicamente uma comunicação sobre adaptação que pode incluir prioridades, apoio à implementação, planos e ações (PNA, NDC, Comunicação Nacional).	<ul style="list-style-type: none"> ● PANAMC 2008 ● 2021: adotar a NDC e o Roteiro de Implementação e acompanhar o progresso
Artigo 8 Perda e danos	Melhorar a compreensão dos efeitos e da adaptação às mudanças climáticas - alerta precoce, preparação para emergências, eventos de início lento, perdas e danos, gestão de riscos e seguros, perdas de não seguros, resiliência.	● 2022: estabelecer custos de perdas e danos
Artigo 9 Financiamento	Enquanto PEID, Cabo Verde deveria receber um maior acesso ao financiamento disponível internacionalmente para medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas	● 2022: amplificar através da Estratégia Nacional de Financiamento Climático
Artigo 10 Desenvolvimento e transferência de tecnologia	Como PEID, Cabo Verde deveria receber um maior financiamento internacional para apoiar o reforço da ação cooperativa em termos de desenvolvimento e transferência de tecnologia.	● 2023: realizar uma Avaliação das Necessidades Tecnológicas
Artigo 11 Capacidade	Como PEID, Cabo Verde deveria receber um financiamento de acesso melhorado disponível internacionalmente para formação com o objetivo de implementar o AP.	● 2022: amplificar através da Estratégia Nacional de Financiamento Climático
Artigo 12 Educação e Sensibilização	O país deve melhorar a educação, formação, sensibilização, participação e acesso do público à informação sobre mudanças climáticas.	<ul style="list-style-type: none"> ● 2022: adotar uma nova Governança Climática e Ação para o Empoderamento Climático ● 2022: criação do Fórum do Cidadão
Artigo 13 Quadro de Transparência Reforçado	O país deveria criar uma QTR, embora com alguma flexibilidade para os PEID.	<ul style="list-style-type: none"> ● 1º RIN; 1º, 2º, 3º NC 1995-2017 ● 4º NC e RAB em curso ● 2022: adotar uma nova Governança Climática ● 2022: submeter RAB ● 2024: submeter 4º NC, RIN e 1º RBT

● REALIZADO

● EM CURSO

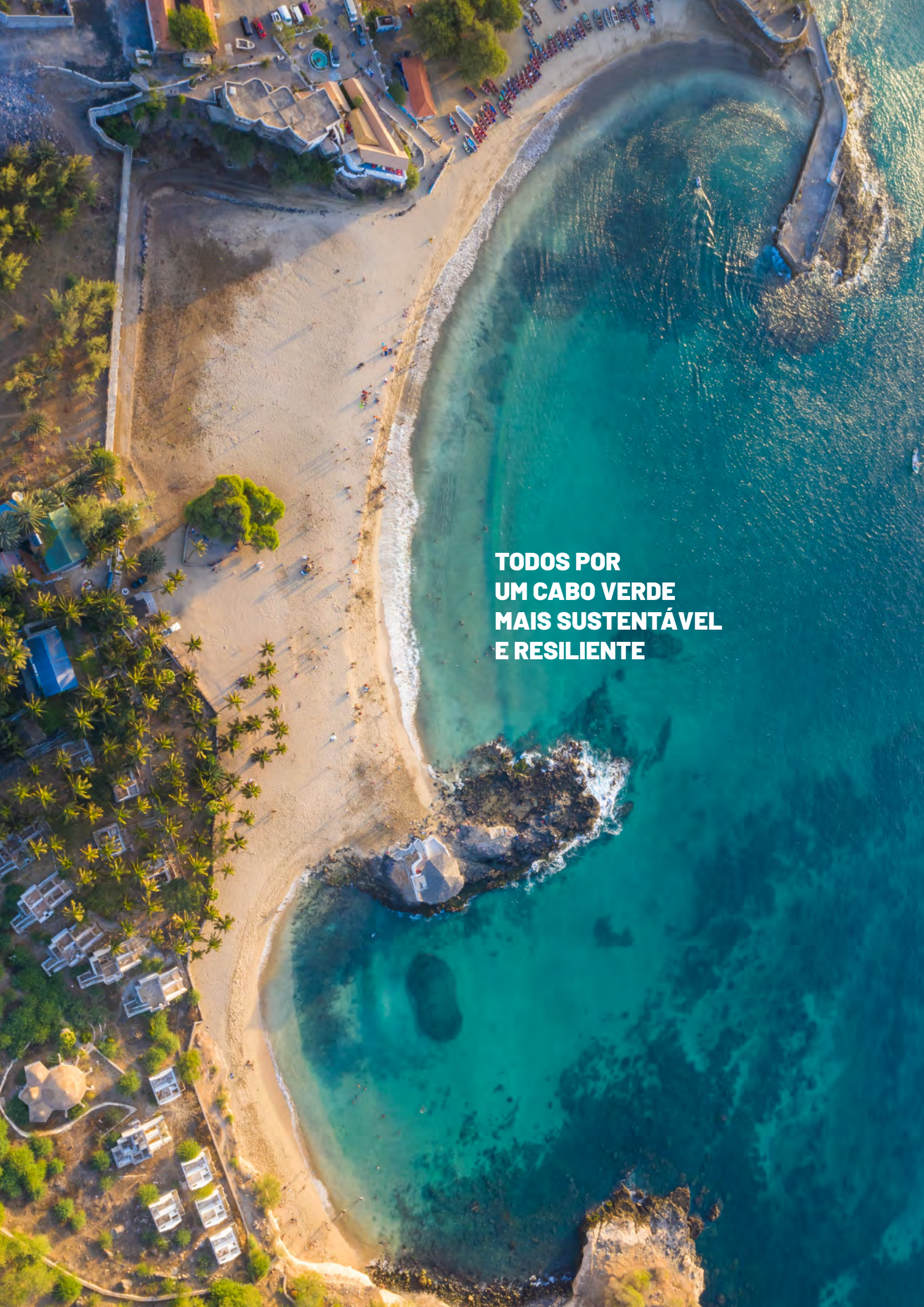
● A REALIZAR

LISTA DE ACRÓNIMOS

AFOLU	Agricultura, Silvicultura e outros usos da terra
AP	Acordo de Paris
BAU	Business-as-usual
BTR	Relatório Bienal de Transparência
CNC	Conselho Nacional do Clima
DNA	Direção Nacional de Ambiente
DNP	Direção Nacional de Planeamento
ENC	Estratégia Climática Nacional
ER	Energia Renovável
ESGAS	Estratégia Social e de Género para o Sector da Água e Saneamento
ETF	Quadro de Transparência Reforçada
GCF	Fundo Verde para o Clima
GEE	Gases com Efeito de estufa
INGT	Instituto Nacional de Gestão do Território
ICF	Financiamento Internacional do Clima
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
LT-LEDS	Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo de Baixas Emissões 2050
LULUCF	Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Silvicultura
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
INMG	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
MMPs	Planos Diretores Municipais
MW	Megawatts
NAMA	Ações de Mitigação Nacionalmente Adequadas
NAP	Plano Nacional de Adaptação
NbS	Soluções Baseadas na Natureza
NDC	Contribuição Determinada a Nível Nacional
NIR	Relatório do Inventário Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações Não Governamentais
PEMDS	Planos Estratégicos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PLENAS	Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento
PNAI	Plano Nacional de Adaptação
POOC	Planos de Gestão Costeira e Adjacente do Litoral
SE	Serviços de ecossistemas
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
SNPCB	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
VE	Veículos elétricos

FICHA TÉCNICA

Documento elaborado por Ecovisão Cabo Verde, Lda e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, por Amadeu Borges - Professor Auxiliar, Departamento de Engenharias, André Fonseca - Investigador, Departamento de Física, João Santos - Professor Associado com Agregação, Departamento de Física, Edna Cabecinha - Professora Auxiliar, Departamento de Biologia e Ambiente (coordenadora do Projeto na UTAD), Simone Varandas - Professora Auxiliar, Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista, António Diamantino Gonçalves Barreto - Engenheiro do Ambiente da Ecovisão e Sebastião Luis Castro Pereira Gaiolas - gestor do projeto da Ecovisão. João Lagido - Stories that Matter - Design gráfico.

An aerial photograph of a tropical beach. The water is a vibrant turquoise color, transitioning to a deeper blue further out. The beach is sandy and populated with many people. To the left, there are several buildings, some with thatched roofs, and a dense line of palm trees. In the upper left, there's a larger building complex with a swimming pool and a parking area filled with cars. The overall scene is bright and sunny, suggesting a warm climate.

**TODOS POR
UM CABO VERDE
MAIS SUSTENTÁVEL
E RESILIENTE**



Ministério da Agricultura
e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente



utad UNIVERSIDADE
DE TRÁS-OS-MONTES
E ALTO DOURO



LE GOUVERNEMENT
DU GRAND-DUCHÉ DE LUXEMBOURG



Agência Luxemburguesa de
Cooperação ao Desenvolvimento